

CMG (RM1-FN) **Jeferson** Barbosa Ramos
jeferson@cddcfm.mar.mil.br

As ilhas oceânicas do Atlântico Sul e sua defesa



O CMG (RM1-FN) **Jeferson** Barbosa Ramos serve atualmente no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais (CDDCFN), como Assessor de Pesquisa e Desenvolvimento. É oriundo de Escola Naval; cursou o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE) da Escola Superior de Guerra, em 2003; o Curso de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, em 1998; e o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Engenharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) – Exército Brasileiro, em 1987. Serviu no Ministério da Defesa, como Analista de Inteligência Estratégica – Arco Amazônico; foi Comandante da Companhia de Guerra Eletrônica, em 1997, e Comandante da Companhia de Pioneiros no Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais. Cursou também o Curso de Análise Prospectiva ministrado pela Brainstorm Assessoria de Planejamento e Informática, em 2001, e o *International Intelligence Director's Course* pela *Defence Intelligence and Security Centre School* em Chicksands – Londres, em 2002.

“Rumo ao mar e cada vez mais poder.”
(Barão do Rio Branco)

Introdução

Um grupo de renomados pesquisadores das áreas de política e estratégia, defesa, relações internacionais, ciência política e economia constituíram um fórum de debates, a fim de discutir e apresentar estudos prospectivos sobre a Defesa Nacional, tendo como base a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). A pauta envolveu uma ampla temática, destacando-se os temas alusivos ao espectro do Poder Naval. O estudo em questão foi compilado no livro “Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil”.¹

Nesse sentido, o presente artigo trata-se de um excerto analítico, dessa obra propedêutica, remissivo à Doutrina Básica da Marinha (DBM), tendo como propósito: suscitar no leitor diversas reflexões sobre o assunto “Ilhas Oceânicas” em sua dimensão do Poder Naval/Marítimo e nas tratativas da Consciência Situacional Marítima pertinente à Amazônia Azul.

Inicialmente, o artigo versará sobre aspectos do âmbito geopolítico, para que se possa contextualizar o tema de forma sistêmica, facilitando o processo de intertextualidade entre os preceitos doutrinários (DBM) *versus* os aspectos geoestratégicos do Estudo Prospectivo. Em seguida, promoverá uma dialética que tenha como propósito trazer à baila o Ambiente Marítimo no qual se inserem as Ilhas Oceânicas do Atlântico Sul e a sua Defesa em última análise.

¹ *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios e Perspectivas para a Defesa no Brasil*. Organizadores: Gilberto Fernando Gheller, Selma Lúcia de Moura Gonzales, Laerte Peotta de Melo, Brasília: IPEA: NEP, 2015.

Aspectos Geopolíticos/Geoestratégicos

As ilhas oceânicas brasileiras

As ilhas oceânicas do Brasil são: arquipélago de Fernando de Noronha, ilhas de Trindade e Martim Vaz, rochedo de São Pedro e São Paulo e atol das Rocas.



Figura 1: Fernando de Noronha, Baía do Sancho
Fonte: Sítio Wikipédia

Pertencente ao estado de Pernambuco, o arquipélago de Fernando de Noronha, localizado a 545 km de Recife, é constituído por 21 ilhas de origem vulcânica que, juntas, totalizam uma área de 26 km².

O ponto mais alto do arquipélago é o Morro do Pico, com 323 m de altura. Esse arquipélago é o mais extenso, contando com aproximadamente 3.000 habitantes, reunidos em Vila dos Remédios. Fernando de Noronha foi, por muito tempo (1942-1987), território federal ligado às Forças Armadas, mas, com a Constituição de 1988, foi reincorporado ao estado de Pernambuco, como distrito estadual. Há alguns anos, o turismo vem sendo explorado mais intensamente no arquipélago que, ao lado da pesca, é a principal atividade econômica. Lá se localiza um dos mais espetaculares pontos para a observação de golfinhos do planeta, a enseada da Praia do Sancho.



Figura 2: Fernando de Noronha, Morro do Pico
Fonte: Sítio Wikipédia

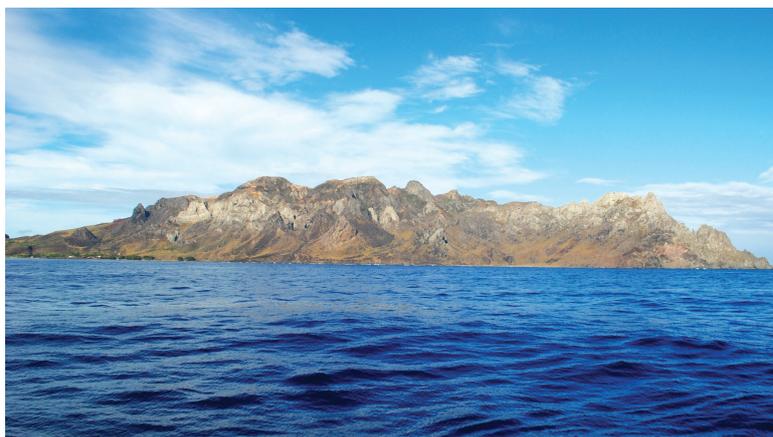
Situado a 180 milhas da costa, o arquipélago possui um aeroporto que pode ser transformado em base aérea, além de ser uma possível área de apoio logístico para as forças navais que cruzam ao sul da rota atlântica. Fernando de Noronha detém elevado valor estratégico, militar e econômico, e a instalação de uma base militar seria **um ponto de interesse estratégico** (FARIA, 2011 apud NEVES, 2015, p. 251, grifo nosso).

Trindade e Martim Vaz, localizadas a 1.100 km, aproximadamente, da costa do Espírito Santo, são constituídas por uma ilha maior cognominada Trindade, com 8,2 km², e por um grupo de 5 ilhotas, a 50 km a leste de Trindade, conhecidas como Martim Vaz. Na ilha de Trindade situa-se uma estação meteorológica da Marinha do Brasil.

A ilha de Trindade, junto com Martim Vaz, forma um arquipélago de origem vulcânica, localizado a 1.167 km do litoral do Espírito Santo e distante apenas 2.400 km da África. É lá que o Brasil começa e onde o sol nasce primeiro, pois constitui a porção mais oriental do país.

Supervisionada pela Marinha do Brasil, possui uma rica biodiversidade: tartarugas marinhas são preservadas e espécies endêmicas de plantas ainda sobrevivem por lá. O arquipélago pertence a uma cadeia de montanhas submarinas do Atlântico Sul e, mesmo sendo tão pequeno, possui atrações naturais diversificadas: são 12 praias, a maioria formada por solo de pedra e corais, e cada enseada possui características diferentes, seja em relação à vegetação, seja em relação ao solo ou devido ao relevo.

No final do século XVI e início do XVII, a ilha de Trindade passou a ser uma alternativa de navegação, a partir do Brasil em direção a Portugal, para demandar a Rota do Cabo, constituindo um dos pontos do triângulo geoestratégico formado por Fernando de Noronha, Trindade e o Arquipélago das Malvinas, sendo que este último ocupa posição estratégica no controle da passagem do Atlântico-Pacífico.



Figuras 3 e 4: Trindade e Martim Vaz
Fonte: Sítio Google + (plus.google.com/+Brazilian91/posts)

Os Penedos de São Pedro e São Paulo pertencem ao estado de Pernambuco e estão situados a cerca de 1.000 km da costa do Rio Grande do Norte. Os penedos formam um pequeno arquipélago, no qual se destacam cinco rochedos maiores e uma dezena de outros menores. Sem água potável ou qualquer vegetação, são habitados apenas por aves marinhas, que lá procriam e deixam espessa camada de guano (acumulação de fosfato de cálcio resultante do excremento das aves marinhas).



Figura 5: Penedos de São Pedro e São Paulo
Fonte: Sítio AstroPT (www.astropt.org/2012/10/14/onde-no-mundo-lusofono-desafio-4/)

O Atol das Rocas é um pequeno recife elíptico, situado a 145 km de Fernando de Noronha. Com uma área de cerca de 7,5 km² e altitude média de 3 m acima do nível oceânico, é o único atol no Atlântico Sul. Sem água potável e com uma rala cobertura vegetal, a ilha não é habitada, ainda que abrigue um farol automático para orientar a navegação. O local é um refúgio para uma enorme variedade de aves marinhas que povoam todos os espaços da ilha, o que fez com que, a partir de 1979, o Atol das Rocas fosse transformado na primeira unidade de conservação marinha criada no Brasil.



Figura 6: Atol das Rocas

Fonte: Sítio AstroPT (www.astropt.org/2012/10/14/onde-no-mundo-lusofono-desafio-4/)

O arquipélago de Abrolhos, situado a 80 km do estado da Bahia, é formado por cinco pequenas ilhas, que compõem o primeiro parque nacional marítimo. Possui grande quantidade e variedade de corais e é habitado por cabras e aves marinhas. Sua população – de menos de 20 pessoas – dedica-se à manutenção e ao funcionamento do farol, fundamental para a navegação aérea e marítima da região.



Figura 7: Arquipélago de Abrolhos/Ilha Redonda

Fonte: Sítio Wikimedia Commons (commons.wikimedia.org/wiki/)

O corredor de ilhas britânicas no Atlântico Sul

Existe ainda um cordão de ilhas oceânicas que permite à Grã-Bretanha (GB) controlar militarmente as rotas de navegação no Atlântico Sul, como também dispor de bases de apoio a operações navais em situações de conflito armado. Nesse ambiente, Ascensão

é uma ilha com 91 km² de área, que serve de base militar para a GB e os Estados Unidos da América (EUA). Por seu turno, Santa Helena (122 km²) e Tristão da Cunha (207 km²) – pouco povoadas – têm menos vocação militarista, em razão dos seus aspectos geográficos.

Nesse corredor geoestratégico, merecem destaque as ilhas Malvinas/*Falklands*, onde se encontram estacionados, permanentemente, navios-patrolha e navios-escolta britânicos e, eventualmente, um submarino da *Royal Navy*.

As ilhas oceânicas britânicas possuem valor estratégico devido aos recursos naturais, em razão do controle que podem exercer sobre as Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) no Oceano Atlântico. Soma-se a isso o fato de que as ilhas oceânicas britânicas possuem potencial econômico no tocante a recursos vivos da zona exclusiva econômica, como também à exploração e exploração das respectivas plataformas continentais.

Desta feita, o panorama desenhado ao longo do cordão de ilhas oceânicas britânicas, como também das ilhas oceânicas brasileiras, torna essa região uma área de interesse estratégico, requerendo ações de projeção de poder nos âmbitos da diplomacia militar, da dissuasão e da cooperação regional. Trata-se, portanto, de um espaço onde surgem – ou ressurgem – contendas territoriais e disputas supranacionais, como, por exemplo, o conflito em torno das Ilhas Malvinas e das Ilhas Atlânticas de Geórgia e Sandwich do Sul.



Figura 8: Cordão de Ilhas Britânicas

Fonte: Gheller; Gonzales; Mello (2015)

O ambiente marítimo do Atlântico / Amazônia Azul

Na visão do professor Pio Penna Filho², apresentada na coletânea *Amazônia e Atlântico Sul: Desafios Perspectivas para a Defesa no Brasil*, o cenário do Atlântico Sul tem a seguinte concepção sob o prisma geoestratégico:

O Atlântico Sul, ou Amazônia Azul, é uma área estratégica do entorno brasileiro. Nesta região o país possui 7.941 km de fronteira, por onde transitam cerca de 95% do seu comércio externo. Essa área também é detentora de diversos recursos naturais, alguns dos quais essenciais para o Brasil, como as

² Penna, Pio: professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL-UnB), pesquisador do Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

gigantescas reservas de petróleo, seja do pré-sal, seja da exploração de outras bacias, além, é claro, de outros recursos naturais. (PENNA FILHO, 2015, p.149).

Nesse viés de pensamento, a DBM dá contornos ao Ambiente Marítimo, definindo esse espaço geoestratégico como:

[...] um teatro tridimensional, onde as forças navais devem ser capazes de operar na superfície do mar, no espaço aéreo sobrejacente e na massa líquida subjacente [...] Nesses termos, a natureza do Ambiente Marítimo afeta a guerra naval em todas as suas facetas: o esclarecimento, a classificação e o lançamento das armas. A presença de navios neutros, motivada pela liberdade de navegação, dificulta sobremaneira a compilação do quadro tático no que tange à identificação e à designação dos alvos [...] (BRASIL, 2014, p.18).

Nesse sentido, pode-se depreender que o Poder Naval se posiciona como componente precípua da expressão militar do Poder Nacional e, ao mesmo tempo, como integrante do Poder Marítimo, visando a contribuir para a conquista e manutenção de Objetivos Fundamentais identificados na PND e na END, e em sintonia com o Plano Estratégico da Marinha (PEM), que neste caso se materializa na defesa e manutenção da área estratégica estatuída como “Amazônia Azul”.

Dessa forma, o Brasil elegeu como entorno estratégico:

[...] um espaço que extrapola o continente sul-americano. Nele, apesar de suas carências nos setores mencionados, pretende garantir a própria defesa contra ameaças concretas ou potenciais e projetar poder de modo a aumentar a presença e influência internacional. No entorno, existem espaços de alto valor estratégico atraindo a presença de potências tradicionais e emergentes, em virtude da importância geoestratégica de inúmeras áreas sob o ponto de vista militar. A presença e a influência de potências alienígenas, [...] para impor seus interesses, têm reflexos para a defesa e projeção do Brasil [...] (PAIVA, 2014, p. 186).

De acordo com os preceitos da DBM, a garantia da própria defesa pode ser concretizada pela Projeção do Poder Naval que significa *latu sensu*:

[...] a transposição da influência do Poder Naval sobre áreas de interesse, sejam elas terrestres ou marítimas, abrangendo um amplo espectro de atividades, que incluem, desde a presença de forças, até a realização de operações navais. Esta tarefa tem um importante subconjunto que trata da transposição da influência sobre áreas terrestres, envolvendo tipicamente operações de ataque, operações anfíbias e operações especiais. O Poder Naval ao dispor de uma força de caráter expedicionário [...] assegura sua capacidade de projeção de poder. Esse caráter expedicionário permite o emprego temporário de força (...) para cumprir a missão por tempo limitado em uma área operacional distante de suas bases terrestres [...] (BRASIL, 2014, p. 25).

[...] A projeção de poder sobre terra pode contribuir com as demais Tarefas Básicas do Poder Naval e ter um ou mais dos

seguintes efeitos desejados, dentre outros: destruição ou neutralização de objetivos importantes; conquista de área insular de interesse; destruição ou neutralização de forças navais inimigas em suas bases, ou os seus pontos de apoio logístico [...] (BRASIL, 2014, p 25).

Nesse ambiente, o Poder Naval estabelece uma postura doutrinária de explorar as suas características de mobilidade, de permanência, de versatilidade e de flexibilidade para ser empregado em um largo espectro de atividades, tais como: atuar no mar e projetar-se sobre terra; exercer ameaça além do horizonte; e prescindir durante tempo ponderável de linhas logísticas longas e vulneráveis – atributos que podem ser perfeitamente aplicáveis às ilhas oceânicas do Atlântico, instrumentando promontórios, bases navais, aeródromos, estações meteorológicas e de vigilância, postos avançados logísticos.

A Tese da Triangulação Insular no Atlântico Sul

Segundo a professora Theresinha de Castro³, essa tese identifica três triângulos geoestratégicos na região do Atlântico Sul. O primeiro deles, formado pelas ilhas Ascensão, Santa Helena e Tristão da Cunha, como demonstra o mapa a seguir, serve de trampolim para América do Sul e, de outro lado, serve de apoio para a Rota do Cabo. O segundo triângulo é formado pelo arquipélago Fernando de Noronha, Ilha Trindade e o Arquipélago das Malvinas/Falklands, que constituem postos avançados para a guarda e a integridade da costa atlântica formatada pelos territórios pertencentes ao Brasil, à Argentina e ao Uruguai – apoio para a Rota de Magalhães. O terceiro triângulo, formado pelas ilhas periantárticas de Shetlands, Geórgias, Cough, Sandwich do Sul, Orcadas do Sul, sustenta a posse de um cinturão de ilhas britânicas no Atlântico Sul, conferindo uma vantagem estratégica para aquela potência internacional.



Figura 9: Tese da Triangulação Insular no Atlântico Sul

Fonte: Gheller; Gonzales; Mello (2015)

³ Theresinha de Castro: A Tese da Triangulação no Atlântico Sul é de sua autoria. Durante trinta anos, atuou no campo científico da geografia, da geopolítica e da história. Formada pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, continuou a sua carreira como professora de história e geografia no Colégio Pedro II e, simultaneamente, no Conselho Nacional de Geografia, onde colaborou na elaboração do Atlas de Relações Internacionais. (Castro, 1999, p. 180; Centro de Estudos em Políticas Estratégicas, 2000).

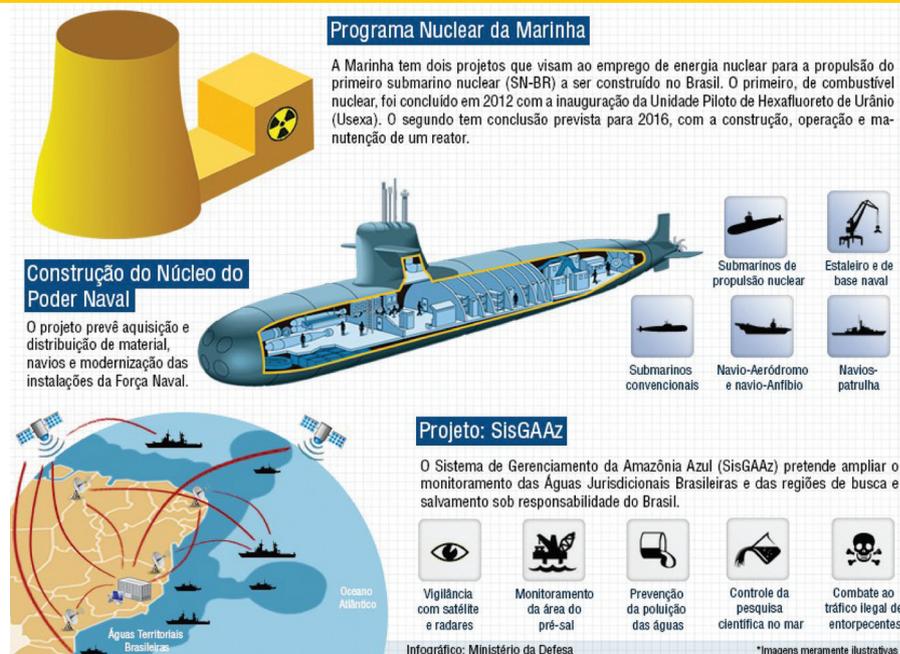


Figura 10: Projetos Estratégicos
Fonte: BRASIL (2014)

A antítese à triangulação insular britânica é sustentada pela postura da Marinha do Brasil que se consolida na compreensão de tudo que se associa ao Ambiente Marítimo – considerado neste artigo –, e que possa causar fricção e conflitos de interesses no entorno estratégico, gerando, como consequência, instabilidade nos campos da economia, do meio ambiente, da segurança e da Defesa Nacional. Tal postura trata-se da percepção das ameaças e oportunidades advindas de estruturas supranacionais que possam afetar as LCM no Atlântico Sul; tudo isso, traduz-se em uma expressão de valor, qual seja: “Consciência Situacional Marítima (CSM)” (BRASIL, 2014, p. 19).

A Consciência Situacional Marítima

O propósito da CSM é possibilitar às autoridades decisórias, após pertinente análise do ambiente marítimo supracitado, a identificação das possíveis ameaças, permitindo a adoção de ações preventivas e/ou repressivas. Ainda, a ampliação da CSM sobre o entorno estratégico brasileiro confere profundidade à Defesa, a partir do momento que possibilita o monitoramento e o controle das ameaças o mais breve e distante possível [...]. A antecipação das ameaças, conjugada com a mobilidade e presença do Poder Naval brasileiro, possibilitará a defesa das AJB. (BRASIL, 2014, p. 19).

Nessa linha de pensamento, corroborando as premissas da DBM, associada às necessidades de controle do Atlântico Sul, cresce de importância a consolidação de Projetos Estratégicos Estruturantes

– conforme indica a Figura 10 –, cujo arquétipo se concretiza no Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAZ), que tem como finalidade precípua ampliar o monitoramento das AIB e das regiões de busca e salvamento sob responsabilidade do Brasil.

Conclusão

Em síntese, o diálogo transversal proposto neste artigo evidencia, à luz da DBM, como também do “Estudo Prospectivo” suprarreferenciado, a importância das ilhas oceânicas brasileiras, no contexto da Política Nacional de Defesa, como polos de convergência e irradiação de interesses de toda ordem, sob todos os aspectos, sejam geopolíticos, sejam geoestratégicos, os quais perpassam por todas as expressões de Poder Nacional, tendo como fulcro a Defesa das Águas Jurisdicionais Brasileiras.

Por fim, as reflexões em torno do tema central, “Ilhas Oceânicas no Atlântico Sul e sua Defesa”, remetem ao leitor outra temática que aborda questões mais complexas das expressões do Poder Nacional, transitando pelos diversos segmentos do mundo político, científico, econômico, acadêmico, estratégico-doutrinário; das relações internacionais ao poder militar, em que o assunto não se esgota por si só, trazendo, ao cerne da massa pensante da sociedade brasileira, a Consciência Situacional Marítima como elemento basilar para os interesses da Defesa Nacional, convergindo esforços, em última análise, para a consecução dos Objetivos Fundamentais; neste particular, o controle e a manutenção da Amazônia Azul.

Referências

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**. Rio de Janeiro, 2014.

GHELLER, G.; GONZALES, S.; MELO, L. (Org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015.

ILHAS Oceânicas do Brasil. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/ilhas_oceânicas_do_Brasil>. Acesso em 10 de agosto de 2015.

NEVES, André Luiz Varella. Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI. In: GHELLER, G.; GONZALES, S.; MELO, L. (Org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. O jogo do poder na faixa atlântica do entorno estratégico nacional e seus reflexos para a defesa e projeção do Brasil. In: GHELLER, G.; GONZALES, S.; MELO, L. (Org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015.

PENNA FILHO, Pio. Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI. In: GHELLER, G.; GONZALES, S.; MELO, L. (Org.). **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015.